

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 491.273 - SP (2019/0028438-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**REQUERENTE** : LEONIDAS GONZAGA DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : LEONIDAS GONZAGA DE OLIVEIRA - SP369513  
**REQUERIDO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a liminar no *habeas corpus* impetrado em favor FRANCISCO PEREIRA DA SILVA.

Nesta via, o requerente alega flagrante ilegalidade sofrida pelo paciente sob o argumento de que se encontra custodiado desde 3.8.2018 na Colônia Penal de Franco da Rocha, aguardando o julgamento da apelação e que não estão presentes os requisitos para a manutenção da custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que houve o trânsito em julgado para o Ministério Público, o que reforça a necessidade da liberdade do paciente.

Requer, dessa forma, seja reconsiderada a decisão que indeferiu a liminar, a fim de que seja revogada a custódia cautelar do paciente.

É o relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão indeferitória nos termos em que pretendido.

De fato, não trouxe o peticionário argumentos que ensejassem a modificação do *decisum* indeferitório, visto que permanecem ausentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Desse modo, afigura-se prudente a análise minuciosa da argumentação trazida no bojo do *mandamus*, para que as teses lançadas sejam melhor discutidas quando da apreciação e julgamento do remédio constitucional.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator